

O vestibular e a indução da mentira

Guiomar Namó de Mello
Diretora Executiva da Fundação Victor Civita

Tentar usar o vestibular para avaliar posições políticas é um erro elementar de procedimento de medida e uma barbárie educacional. Preocupa portanto o fato ocorrido na prova de história do exame vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um dos itens da prova não passaria pelo crivo das teorias de medida educacional. E certamente seria reprovado como procedimento de uma instituição que tem por dever o respeito à verdade, a aceitação da diversidade e o estímulo ao pensamento crítico.

O item em questão apresenta uma charge crítica ao governo federal associada às três alternativas abaixo, entre as quais o candidato deveria escolher a(s) “correta(s)”:

- a) A administração FHC tem privilegiado a abertura e a desnacionalização da economia do país, a privatização do setor público e uma política de compressão dos salários do funcionalismo público federal.
- b) governo FHC nega ser um governo de perfil neoliberal e justifica a política de desmantelamento do setor estatal com o discurso da necessidade de modernizar a economia brasileira como condição para inserir-se competitivamente no processo de globalização.
- c) sucesso do Plano Real e o processo de privatização da economia provocaram sensíveis melhorias sociais junto às massas de excluídos do campo, esvaziando quase por completo a luta política dos movimentos sociais organizados no meio rural.

O gabarito da prova considera certa a resposta que assinala as alternativas a) e b) como as “corretas”.

Vale lembrar que o vestibular tem entre seus objetivos mais importantes: (1) garantir que os alunos possuem os conhecimentos, atitudes e habilidades considerados preditores do bom rendimento acadêmico; (2) ordenar os candidatos de acordo com a magnitude dessas características individuais para selecionar os que ocuparão as vagas existentes.

O primeiro objetivo requer, principalmente, que a prova utilizada no exame tenha *validade*, isto é, seus itens ou questões devem constituir uma *amostra representativa* do conjunto dos conhecimentos e habilidades que, segundo os professores especialistas, são necessários para o aproveitamento satisfatório do curso.

O segundo objetivo não pode ser atingido se a prova, além de validade, não apresentar as qualidades técnicas que todo bom instrumento de medida deve ter, entre elas: *precisão e discriminação*. Uma prova ou item de prova tem precisão se, aplicado muitas vezes, produz um *resultado estável*. E tem boa discriminação se for capaz de produzir respostas que realmente *discriminam entre os que detêm e os que não detêm os conhecimentos ou características que pretende medir*.

Validade, precisão e discriminação são qualidades que afetam uma à outra. Juntas, garantem a confiabilidade das respostas obtidas. O item mencionado resistiria a um exame mais cuidadoso dessas qualidades?

As afirmações apresentadas expressam a opinião de setores da sociedade que aparecem na mídia. Mas a forma como a *resposta é solicitada* não permite inferir o comportamento a ser avaliado. Conhecimento das diferentes correntes de opinião existentes hoje no país sobre a política econômica? Avaliação sobre em que grau em essas opiniões refletem o que efetivamente se passa na economia? Concordância ou discordância com a opinião expressa? Um item que não permite identificar o tipo de resposta solicitada raramente tem validade satisfatória.

Conhecimento da realidade social é um preditor importante do rendimento acadêmico. Identificação das opiniões que existem no meio social ou das que aparecem na mídia também. Mas avaliar se tais opiniões são corretas ou se expressam, melhor que outras, a realidade dos fatos, é uma habilidade que só interessa à educação se fundamentada em outros fatos ou boas teorias. Assim mesmo sempre como hipóteses que podem ser contrariadas por novos fatos ou melhores teorias. Essa é uma regra elementar do trabalho intelectual sério.

Para testar a capacidade de argumentação o item seria melhor formulado como questão aberta, *deixando claro ao aluno* que pretende verificar sua opinião e capacidade de justificá-la. Mas isso implicaria conhecer a realidade econômica à qual as afirmações constantes das alternativas se referem e as diferentes perspectivas de análise que ela comporta. Mais ainda. Pressupõe isenção para corrigir as respostas verificando a capacidade de argumentação e não o valor associado ao argumento. Ambas qualidades parecem não existir nos formuladores da prova gaúcha.

A presença da charge ilustrativa poderia sugerir que o item pretende medir a capacidade de “ler” mensagens via imagens, habilidade importante para o desempenho acadêmico em algumas áreas profissionais. No entanto as alternativas apresentadas não dizem respeito a formas de leitura ou interpretação da charge, logo essa hipótese também está descartada.

Que dizer da precisão e discriminação? Como as afirmações misturam fatos e controvérsias e estas são às vezes transitórias por se referirem a uma realidade mutável, a resposta, tal como solicitada, também poderia mudar se o item fosse aplicado com algum intervalo de tempo. A precisão é assim, no mínimo duvidosa. A falta de validade e precisão comprometem a discriminação. Se não é possível saber o que o item mede como se pode afirmar que discrimina os que possuem dos que não possuem a misteriosa característica?

Mas o pior efeito de uma prova ou item formulados com parcialidade ideológica não decorre apenas dos seus defeitos técnicos. Provas com conteúdos desse tipo, de respostas sujeitas a ambigüidades, podem induzir o candidato a presumir o padrão aceitável e orientar por ele suas respostas.

Quando isto acontece, além de não ter validade ou precisão, a prova faz a pior discriminação possível: a dos que não hesitam em mentir para conseguir seus objetivos usando, em lugar da “cola” tradicional, a arte da dissimulação. Neste caso o que o item da UFRGS realmente está medindo não é quanto o candidato comunga das teses de oposição ao atual governo e sim o quanto está disposto a participar da fraude. O sectarismo ideológico, contaminando procedimentos que

deveriam primar pelo rigor técnico, é um tiro que sai pela culatra: privilegia os que talvez, no futuro, vão compactuar com o que de pior pode existir em qualquer governo.